



Exma. Sra. **Dra. Lucília Gago**  
**Procuradora-Geral da República de Portugal**

Exmo. Sr. **Dr. Hélder Pitta Gróz**  
**Procurador Geral da República de Angola**

Luanda, 5 de Agosto de 2024

## SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTO PÚBLICO SOBRE A RECUPERAÇÃO DE ACTIVOS ANGOLANOS EM PORTUGAL

As organizações não-governamentais Associação Mãos Livres, Associação OMUNGA, Associação Associação Pro Bono Angola e UYELE, Associação Cívica, dedicadas à defesa dos direitos humanos e ao exercício da cidadania, tem vindo acompanhar com preocupação as notícias vindas a público<sup>i</sup> nos últimos dias dando nota de que as autoridades angolanas e portuguesas continuam sem se entender no que toca à devolução dos activos de Isabel dos Santos apreendidos e arrestados em Portugal na sequência do escândalo conhecido como *Luanda Leaks*<sup>ii</sup>.

A investigação publicada pelo Consórcio Internacional de Jornalistas de Investigação (ICIJ) em Janeiro de 2020 desencadeou ondas de choque em Angola, Portugal, outras jurisdições na Europa, e igualmente nas instituições da União Europeia, dada a magnitude do esquema de corrupção transnacional e de branqueamento de capitais.

Mas até aos dias de hoje poucos são os resultados associados à recuperação dos activos que alegadamente Isabel dos Santos -- beneficiando da sua posição privilegiada enquanto filha do ex-Presidente José Eduardo dos Santos – subtraiu ao Estado e ao povo de Angola.

Por conta das investigações jornalísticas, sabemos que, em 2020, uma parte substancial desses activos se encontravam em território português. Atualmente, em face da escassez de informação disponibilizada, quer pelas autoridades judiciais de Angola e de Portugal, tememos que Isabel dos Santos tenha já conseguido desviar grande parte desses recursos para paraísos fiscais ou para a sua “gaiola dourada” no Dubai.

Não obstante, existem activos que foram prontamente identificados e apreendidos em Portugal, pelo que, quatro anos passados, os signatários da presente carta, assim como a generalidade dos cidadãos de Angola, continuam esperançosos que tais activos sejam devolvidos aos seus legítimos donos em respeito da lei e das convenções internacionais.

Solicitamos, pois, a V. Exas. justificação cabal sobre os impedimentos que mantém em solo português e sob a gestão das autoridades judiciais portuguesas os seguintes activos, impedindo a sua devolução:

## 1. O valor correspondente à participação de 71,73% de Isabel dos Santos na empresa Efacec Power Solutions<sup>iii</sup>

A venda da Efacec também deve beneficiar o povo angolano.

Durante o tempo em que Isabel dos Santos foi accionista maioritária esta empresa portuguesa registou lucros, que não podem nem devem ser dissociados do investimento de capital realizado por Isabel dos Santos através de apropriação ilícita dos cofres de Angola<sup>iv</sup>.

Lembramos que a entrada de Isabel dos Santos no capital desta empresa em Outubro de 2015 custou cerca de 200 milhões de Euros.<sup>v</sup>

Em Julho de 2020, no rescaldo das revelações do caso *Luanda Leaks*, o Governo de Portugal decretou a nacionalização das ações de Isabel dos Santos nesta empresa<sup>vi</sup>. Em Novembro de 2023, Portugal vendeu as ações ao fundo alemão Mutares, num processo de aquisição constituído por 15 milhões de euros em capital e 60 milhões em garantias<sup>vii</sup>, muito elogiado pelos responsáveis do governo português: António Costa Silva, o Ministro da Economia que negociou a venda disse no Parlamento de Portugal<sup>viii</sup> que *“Se a Mutares vender a Efacec por 220 milhões de euros, o Estado recupera 154 milhões, mas se a vender por 400 milhões, recupera facilmente os 350 milhões que meteu lá”*.

O Exmo. Procurador Geral da República de Angola, Dr. Hélder Pitta Gróz, disse numa entrevista que *“os interesses do Estado angolano foram salvaguardados na nacionalização da participação da empresária angolana Isabel dos Santos na Efacec”*<sup>ix</sup>. **Perguntamos:** em que medida?!

Para o PGR de Angola, dado que a aquisição da participação de Isabel dos Santos nesta empresa foi financiada maioritariamente por Bancos portugueses, *“não houve da parte do Governo angolano qualquer investimento”*, parecendo esquecer o óbvio: que tal aquisição foi realizada por Isabel dos Santos através do desvio de fundos provenientes de Angola e que até os valores entretanto reembolsados aos bancos portugueses para pagamento dos créditos contraídos para compra da empresa correspondem a fundos de natureza ilícita<sup>x</sup>.

Logo em 2015, a União Europeia questionou Portugal sobre a legalidade da compra da Efacec por Isabel dos Santos<sup>xi</sup>, exigindo ao Banco de Portugal (BdP) que investigasse a proveniência dos fundos próprios e os empréstimos concedidos por suspeitas de fluxos financeiros lícitos e branqueamento de capitais. O que se veio a confirmar, apesar do BdP dizer que tudo estava conforme.

O jornal Expresso teve acesso aos contratos firmados para compra da Efacec e descobriu que Isabel dos Santos utilizou fundos públicos de Angola para garantir a sua posição na empresa. Numa reportagem publicada em 2018<sup>xii</sup>, explica-se que em junho de 2015 a Empresa Nacional de Distribuição de Eletricidade de Angola (ENDE) comprou por 40 milhões de Euros 40% da Winterfell Industries, sediada em Malta, e que pertencia na totalidade à Niara Holding (uma sociedade de Isabel dos Santos registada na Zona Franca da Madeira).

A Winterfell Industries viria a ser a acionista maioritária da Efacec num negócio que se fez por 195 milhões de Euros – 35 milhões correspondendo a capitais próprios e 160 milhões obtidos com empréstimos bancários – o que significa, na prática, que a ENDE financiou a entrada de Isabel dos Santos na Efacec, até porque, de acordo com o mesmo artigo do Expresso, desde o início que o negócio com a ENDE previa a aplicação da totalidade do valor das ações da estatal angolana na compra da Efacec.

Segundo o Expresso, Isabel dos Santos alega que a ENDE não cumpriu o acordo inicial e que apenas avançou com 16 milhões de Euros, correspondendo a uma participação de 16% na Winterfell Industries.

Assim, rogamos a V. Exas. se dignem clarificar publicamente:

- 1) o real valor do investimento do Estado angolano na aquisição da Efacec em 2015 por via a participação da ENDE na Winterfell Industries;
- 2) a distribuição de dividendos, a existir, entre os accionistas da Efacec nos anos 2016 a 2020;
- 3) o real valor das ações da Winterfell Industries antes da nacionalização em 2020;
- 4) após a venda pelo Estado Português das ações da Winterfell Industries em 2023, o montante recuperado por Angola, nomeadamente através do seu Serviço Nacional de Recuperação de Activos.

## **2. O valor correspondente à participação de 42,5% de Isabel dos Santos no Banco EuroBIC<sup>xiii</sup>.**

Este dinheiro tem de ser devolvido ao povo de Angola.

Isabel dos Santos comprou as ações no EuroBIC através de duas sociedades – 25% por via da Santoro Financial Holding SGPS, S.A e 17,5% através da Finisantoro Holding Limited (registada em Malta).

No passado dia 11 de Julho, o ABANCA, banco espanhol, anunciou a compra de 100% do capital do EuroBIC por cerca de 300 milhões de Euros<sup>xiv</sup>, o que significa que a participação de Isabel dos Santos vale hoje 127,5 milhões de euros.

Segundo o Jornal Económico, esta venda só se concretizou porque a PGR de Angola levantou o arresto das contas bancárias das duas empresas para que esta pudesse saldar as suas dívidas<sup>xv</sup>, permitindo que fossem desbloqueados até 50 milhões de Euros.<sup>xvi</sup>

Assim, solicitamos a V. Exas. explicitação pública sobre:

- 5) de que forma foi apurada a licitude dos fundos utilizados por Isabel dos Santos para consolidar a sua posição no EuroBIC ao longo dos anos<sup>xvii</sup>?
- 6) o valor total pago a Isabel dos Santos pelo ABANCA pelas suas participações no EuroBIC;
- 7) o montante recuperado por Angola, nomeadamente através do seu Serviço Nacional de Recuperação de Activos, na sequência da venda do EuroBIC;
- 8) em que operações foram utilizados os valores movimentados por Isabel dos Santos após o levantamento do arresto das suas contas bancárias pela Justiça angolana?
- 9) existem investigações em curso sobre o papel de empresas de consultoria portuguesas facilitando alegados esquemas de branqueamento de capitais praticados através do EuroBIC<sup>xviii</sup>? A existirem, em que estado se encontram tais processos?

Finalmente, e em complemento, em nome da transparência, e da solidariedade para com todas as vítimas da corrupção em Angola, demandamos de V. Exas. igualmente:

- 10) a divulgação pública de todas as informações relacionadas com os bens de cidadãos angolanos arrestados e confiscados em Portugal, bem como a lista atualizada daqueles que já foram devolvidos.

Na expectativa de que o assunto que agora pousa em Mãos de V. Exas. seja acolhido com a atenção e preocupação merecida, agradecemos, desde já, pela atenção dispensada e auguramos receber de V. Exas. os esclarecimentos solicitados.

Com os cordiais cumprimentos, subscrevemo-nos

Atentamente

*Associação Mãos Livres*

*Associação Omunga*

*Associação Pro Bono Angola*

*UYELE, Associação Cívica*

## Lista de Referências:

- 
- <sup>i</sup> <https://www.jornaldenegocios.pt/economia/mundo/africa/angola/detalhe/bens-de-isabel-dos-santos-arriscam-ser-novo-irritante>  
<https://executivedigest.sapo.pt/noticias/portugal-e-angola-lutam-pelos-bens-de-isabel-dos-santos-justica-portuguesa-ainda-nao-entregou-participacoes-arrestadas-em-2020/>  
<https://www.esquerda.net/artigo/termina-saga-do-banco-de-amorim-e-isabel-dos-santos/91668>
- <sup>ii</sup> <https://www.icij.org/investigations/luanda-leaks/>
- <sup>iii</sup> <https://www.efacec.pt/quem-somos/>
- <sup>iv</sup> <https://www.publico.pt/2015/06/04/economia/noticia/isabel-dos-santos-assegura-65-da-efacec-1697942>  
<https://www.novojornal.co.ao/economia/interior/isabel-dos-santos-leva-portuguesaefacec-aos-lucros-depois-de-anos-a-dar-prejuizo-38816.html>
- <sup>v</sup> <https://eco.sapo.pt/2020/01/24/efacec-a-empresa-que-custou-quase-200-milhoes-a-isabel-dos-santos-e-agora-esta-a-venda/>
- <sup>vi</sup> <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/noticia?i=governo-nacionaliza-parte-da-efacec-para-salvar-a-empresa>
- <sup>vii</sup> <https://observador.pt/2023/11/01/efacec-vendida-a-mutares-e-um-dia-que-e-feliz-para-a-economia-portuguesa-diz-costa-silva/>
- <sup>viii</sup> <https://eco.sapo.pt/2023/12/20/oferta-final-da-mutares-pela-efacec-foi-melhor-para-o-estado-venda-por-400-milhoes-permitiria-ao-estado-recuperar-verbas-injetadas/>
- <sup>ix</sup> <https://observador.pt/2020/07/03/interesses-do-estado-angolano-foram-salvaguardados-na-nacionalizacao-da-efacec/>
- <sup>x</sup> [https://www.cmjornal.pt/portugal/detalhe/isabel-dos-santos-investigada-por-lavagem-de-dinheiro?ref=Mais%20Sobre\\_BlocoMaisSobre](https://www.cmjornal.pt/portugal/detalhe/isabel-dos-santos-investigada-por-lavagem-de-dinheiro?ref=Mais%20Sobre_BlocoMaisSobre)
- <sup>xi</sup> <https://www.idealista.pt/news/imobiliario/empresas/2016/02/15/29905-investimento-de-isabel-dos-santos-na-compra-da-efacec-questionada-por-bruxelas>
- <sup>xii</sup> <https://expresso.pt/economia/2018-11-17-Como-Isabel-dos-Santos-tomou-conta-da-Efacec>
- <sup>xiii</sup> <https://eco.sapo.pt/2020/10/09/isabel-dos-santos-assina-venda-de-425-do-eurobic/>
- <sup>xiv</sup> <https://www.jornaldenegocios.pt/empresas/banca---financas/detalhe/abanca-conclui-compra-do-eurobic-administracao-sera-maioritariamente-portuguesa>
- <sup>xv</sup> <https://leitor.jornaleconomico.pt/noticia/pgr-de-angola-da-luz-verde-a-venda-do-eurobic>
- <sup>xvi</sup> <https://leitor.jornaleconomico.pt/noticia/abanca-continua-empenhado-em-comprar-eurobic-e-venda-sera-em-dois-blocos>
- <sup>xvii</sup> <https://www.esquerda.net/artigo/termina-saga-do-banco-de-amorim-e-isabel-dos-santos/91668>
- <sup>xviii</sup> <https://www.publico.pt/2023/01/18/sociedade/noticia/eurobic-alvo-buscas-processo-relacionado-isabel-santos-2035581>